

educação Mais pobres e menos analfabetos

ARNALDO NISKIER

19 DEZ 1989

Uma das realidades mais tristes do nosso País é a verificação de que se trata mesmo de uma nação de muitos contrastes. Cidades desenvolvidas e com um nível de vida apreciável convivem com outras, totalmente desassistidas, onde a pobreza, a ignorância e a miséria fazem parte do seu cotidiano.

Ao realizar a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 1988, o IBGE pôde concluir uma série de verdades, umas animadoras, outras inquietantes pelos seus números. O índice de analfabetismo, por exemplo, caiu no período 87/88. O total de analfabetos no país chegou a 19,8 milhões, o que representa 18,5 por cento do total da população, estimada em 141,4 milhões de brasileiros. A taxa anterior de analfabetismo em 1987 estava em torno de 19,3 por cento do total da população. O ganho de 0,8 por cento (muito pouco diante do vulto do desafio) pode ser creditado às ações descentralizadas da Fundação Educar no seu papel de atender a jovens e adultos acima dos 15 anos de idade, num trabalho louvável da professora Leda Chaves.

O mesmo documento mostra que o índice de mortalidade infantil se reduziu da média de 87,88 (mortos por mil nas-

cidos vivos) na década de 70 para 63,22 ao final dos anos 80. A expectativa de vida do brasileiro passou de 52,67 anos em 1970 para 64,89, ficando a taxa de fecundidade das mulheres reduzida de 4,35 para 3,46 filhos ao final da década. Em função disso, o IBGE estima que o índice de crescimento populacional de 1990 seja o menor da história do País: entre 1,8 e 1,9 por cento sobre o número de habitantes de 1989, o que seria uma redução de 0,3 por cento no Sudeste. Com a imigração nordestina, que perdice de apreciável significação se ele fosse uniforme. Mas não é, elevando-se às vezes até mesmo ao dobro em cidades já inchadas, nas periferias urbanas, onde as condições de vida são da pior espécie, haja vista o fenômeno das favelas (só o Rio de Janeiro tem mais de 500 delas).

As desigualdades nacionais não param aí. A economia brasileira cresceu ao longo da década de 80, mas o desenvolvimento econômico e social foi muito mal distribuído. Cerca de 37 por cento dos trabalhadores (quase 22 milhões de pessoas) ganham até um salário mínimo, concentrando-se a riqueza basicamente na região Sul do País.

Há uma notória concentração da renda. O rendimento real médio do brasileiro caiu 2,2 por cento de 1987 para 1988, o que representa o empobrecimento do nosso povo,

numa política econômica injusta e predatória. Os trabalhadores do Nordeste ganham hoje a metade do que recebem os trabalhadores do Sul, dimensão pronta e acabada dos desníveis com que se erigiu a sociedade brasileira.

Os técnicos do IBGE registram ainda que, no Nordeste, somente a metade dos domicílios recebe água da rede geral, índice que alcança 85 por cento no Sudeste. Com a migração nordestina, que perdice basicamente a população de adultos jovens e de meia idade, os que não sabem ler nem escrever no Nordeste estão em torno de 36,3 por cento. O Sudeste tem a menor taxa de analfabetismo de pessoas de 10 anos ou mais (11 por cento), seguido do Sul (11,3 por cento).

Com esses números é possível traçar uma radiografia bem nítida do Brasil e estimar o que ocorrerá com o seu futuro. A presença da educação é cada vez mais forte, apesar dos pesares, pois a ela se pode atribuir a queda no índice demográfico. Há indícios de que o planejamento familiar, que se faz através da educação, esteja surtindo efeitos objetivos. Mas ninguém pode proclamar que estamos diante de números ideais. Ao contrário, ficamos longe disso.

Arnaldo Niskier é jornalista e membro da Academia Brasileira de Letras